--- N.º 1/2016 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.----------

--- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Salão da Assembleia Municipal nos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte: ----------

----------**ORDEM DE TRABALHOS**----------

---**PRIMEIRO** - Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D) ----------

---**SEGUNDO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual para o fornecimento de refeições escolares, para o ano letivo 2016/2017, com possibilidade de duas renovações (anos letivos 2017/2018 e 2018/2019), no montante global estimado de 3.724.752,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um período de três anuidades de acordo com o n.º 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e alínea c), no n.º 1, do art.6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e nas condições da respetiva proposta. (Grelha E)----------

---**TERCEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual para abertura de procedimento de concurso público publicação internacional – serviço de seguros (vários ramos), para um período contratual máximo de 3 (três) anos, até ao montante global estimado de 1.179.600,00 €, de acordo com o n.º 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e alínea c), no n.º 1, do art.6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e nas condições da respetiva proposta. (Grelha E) ----------

---**QUARTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto e respetivo apoio financeiro ao investimento no concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN à sociedade NHCLIMA – VENTILAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO LDA com sede na União de Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, nos termos da proposta. (Grelha E) ----------

---**QUINTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto e respetivo apoio financeiro ao investimento no concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN à sociedade A F AVEVEDOS FERRAMENTAS, LDA com sede na Freguesia de Ribeirão, nos termos da proposta. (Grelha E)----------

---**SEXTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto e respetivo apoio financeiro ao investimento no concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN à sociedade ÉRIUS-

TÊXTEIS, S.A., com sede nas Freguesias de Creixomil e Mariz, Concelho de Barcelos, nos termos da proposta. (Grelha E) ----------

---**SÉTIMO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de:----------

- (sete) trabalhadores, na carreira de Técnico Superior, para ocupação de 7 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, aprovado para o ano de 2016, para exercerem as funções descritas relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área de Engenharia Civil (1 lugar), área de Engenharia Eletrotécnica (1 lugar), área de Comunicação Social e Animação Cultural (1 lugar), área de História (1 lugar), área de Geografia (1 lugar) e área de Economia e gestão e Contabilidade (2 lugares);----------

- (cinco) trabalhadores, na carreira de Assistente Técnico, para ocupação de 5 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, aprovado para o ano de 2016, para exercerem as funções descritas relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área da eletrónica e manutenção de equipamentos (1 lugar), e área generalista (4 lugares). ----------

- (Oito) trabalhadores, na carreira de Assistente Operacional, para ocupação de 8 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, aprovado para o ano de 2016, para exercerem as funções descritas relacionadas com as atribuições, competências e atividades de serventes de construção civil (2 lugares), pedreiro e calceteiro (2 lugares), serralheiro (1 lugar), carpinteiro (1 lugar), área generalista (2 lugares). (Grelha E) ----------

---**OITAVO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de : ----------

- 3 (três) trabalhadores, na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercerem as funções descritas no mapa de pessoal, aprovado para o ano de 2016, relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área de atividade de psicologia, com recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum aberto pelo aviso nº 5763/2014, publicado em Diário da República, 2ª série, nº87, de 7 de maio de 2014, respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final homologada em 3 de setembro de 2015. (Grelha E) ---

---**NONO-** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento do Prémio de História Alberto Sampaio, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ----------

---**DÉCIMO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização da geminação com o Município de Arteixo (Espanha), nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)----------

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:----------

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA ----------

---AGOSTINHO SILVA VEIGA ----------

---ALFREDO AUGUSTO MORAIS LIMA ----------

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA---**FALTOU-JUSTIFICOU** ----------

---ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA----------

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA ----------

---ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA ----------

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES ----------

---ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS---**FALTOU-JUSTIFICOU** ----------

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL ----------

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA ----------

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA ----------

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO ----------

---AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS----------

---AVELINO FREITAS SILVA----------

---BRUNO SILVA CAMPOS ----------

---CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO ----------

---CARLA SOFIA SANTANA AFONSO RIBEIRO FARIA----------

---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES ----------

---CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO----------

---CÉLIA CRISTINA MAIS MENESES CASTRO ----------

---DOMINGOS SOUSA COSTA ----------

---FERNANDO RIBEIRO MONIZ ----------

---FIRMINO VILA VERDE COSTA----------

---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO ----------

---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO ----------

---HÉLDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA ----------

---HILÁRIO MANUEL RIBEIRO PINTO CAMPOS ----------

---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO----------

---JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO ----------

---JOÂO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA----------

---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO ----------

---JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO----------

---JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA----------

---JOAQUIM MARTINS RODRIGUES ----------

---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA ----------

---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA ----------

---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES----------

---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA----------

---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA ----------

---LURDES OLIVEIRA FERNANDES----------

---MANUEL AZEVEDO SILVA ----------

---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA ----------

---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA ----------

---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO ----------

---MANUEL MARTINS COSTA ----------

---MANUEL OLIVEIRA SANTOS ----------

---MANUEL SILVA ALVES----------

---MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO----------

---MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA----------

---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA ----------

---MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA----------

---MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES----------

---MIGUEL OLIVEIRA COSTA ----------

---NUNO ANDRÉ ARAÚJO SANTOS REIS SÁ ----------

---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO ----------

---PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA----------

---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO----------

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA----------

---PAULO JORGE LOPES COELHO ----------

---PAULO MANUEL MARQUES COSTA ----------

---RAÚL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS ----------

---RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ ----------

---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA ----------

---RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES ----------

---RUI PEDRO PACHECO ALVES----------

---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA ----------

---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA----------

---VITOR TORRES PEREIRA----------

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de:----------

----------**ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO –** Deu início á sessão, dando conhecimento que, deram entrada na Mesa seis documentos compostos por duas moções, uma proposta de recomendação, dois votos de congratulação e um voto de protesto. Propôs o término da sessão para as zero horas e trinta minutos. ----------

---***Postas à votação as Atas das sessões de 27 de novembro de dois mil e quinze, 11 e 21 de dezembro de dois mil e quinze, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade.***----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** Fez a leitura moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor: ----------

---" Dia Internacional da Mulher – 8 DE MARÇO ----------

Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações.

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social. ----------

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres, em Copenhaga, em 1910, que se impôs ser necessária a comemoração de um Dia Internacional da Mulher, sendo inúmeros os exemplos em que este dia se elevou e eleva como de manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação. ----------

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm nada. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo.-

O 8 DE MARÇO assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social.----------

O Poder Local tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, da valorização da sua participação como parte integrante da história das regiões.----------

Em Portugal, está a ser feito um caminho de recuperação de direitos de grande significado para as mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública, o aumento do salário mínimo nacional, a reposição dos quatro feriados suspensos, o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez sem pressões nem condicionamentos, a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais. ----------

É um caminho de avanços que importa consolidar. ----------

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 26 de Fevereiro de 2016, DELIBERA: ----------

Apelar às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações. ----------

Enviar esta moção para a Comunicação Social." ----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) -** Fez a leitura moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor: ----------

---" O Orçamento do Estado para 2016 e as autarquias locais. ----------

Considerando que a proposta de OE para 2016 elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros, como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas; mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda; ----------

Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei de Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011.----------

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 26/02/2016, delibera:----------

1.º Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal;----------

2.º Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais;----------

3.º Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República." ----------

---**PAULO COSTA (BE)** – Fez a leitura da proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda que é do seguinte teor: ----------

---" A V.I.M, Via Intermunicipal, que liga Joane a Vizela, é uma via cuja manutenção é agora da responsabilidade dos municípios que atravessa. ----------

No caso do nosso município é uma via importante para a zona nascente do nosso concelho, quer para as suas populações, quer para as suas empresas. ----------

Constata-se que neste momento o piso que percorre o município de Vila Nova Famalicão se encontra em mau estado de conservação. A título de exemplo, o município de Guimarães está com obras de melhoramento no traçado que é da sua responsabilidade, levando a que quem entra no território

famalicense, e por comparação, encontre um piso deteriorado, infelizmente até causador de acidentes e que em nada dignifica o nosso município.----------

É certo que a Câmara Municipal fez um arranjo nessa via há cerca de três anos, mas hoje verificamos que essa via está novamente num estado lastimável, com buracos ao longo de todo o percurso e com pontos a merecer especial preocupação com a segurança rodoviária, nomeadamente em cruzamentos, como os de Riba d'Ave, Oliveira Santa Maria e Mogege. ----------

Entendemos que esta situação não se pode prolongar, como já referido aquando da discussão do orçamento, e porque é agora da nossa Câmara Municipal a responsabilidade de zelar pelo bom estado desta via em concreto, a razão desta proposta.----------

Assim e pelo exposto, o grupo municipal do BLOCO DE ESQUERDA propõe que a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 26 de Fevereiro de 2016, decida recomendar à Câmara Municipal que, com a maior brevidade possível, proceda à requalificação da VIM no território do concelho de Famalicão, de forma a que se possa fazer aquele trajeto com segurança e estabilidade."

---**FIRMINO COSTA (PSD)** - Fez a leitura do voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata que é do seguinte teor: ----------

---" O Grupo Municipal PSD congratula-se com o facto de 14 empresas famalicenses terem assumido a importante intenção de aplicarem novos investimentos no concelho até 2020, no valor global de 55 milhões de euros, a que está associada a criação de perto de 500 novos postos de trabalho. ----------

---Este propósito surge no âmbito do protocolo de cooperação com o município de Vila Nova de Famalicão, tendo em vista uma candidatura ao Norte 2020, que procura obter apoio financeiro nos projetos de expansão e reforço da capacidade das Áreas de Acolhimento Empresarial, da zona sul do concelho, nomeadamente para a criação de dois acessos rodoviários para a ligação às áreas empresariais de Lousado e Ribeirão.----------

---O PSD de Famalicão enaltece este compromisso conjunto, só possível graças à vitalidade económica do tecido empresarial famalicense, que atesta existirem condições para o crescimento e o reforço da competitividade do nosso concelho, no plano nacional, com grande retorno para a economia local e reflexos positivos no emprego e consequentemente em toda a sociedade famalicense. ----------

Empresas Aderentes: ----------

--- LEICA – APARELHOS ÓPTICOS DE PRECISÃO; CUP&SAUCER; ICM – INDÚSTRIA DE CARNES DO MINHO; RSTEEL – FÁBRICA DE TUBOS METÁLICOS; TROFICOLOR TÊXTEIS; PINHEIRO DE LACERDA; COFEMEL – SOCIEDADE DE VESTUÁRIO; CAIXIAVE – INDÚSTRIA DE CAIXILHARIA; COMEIP – MOLDES E CORTANTES; FERESPE – FUNDIÇÃO DE FERRO E AÇO; IVN – SERVIÇOS PARTILHADOS; TESCO – COMPONENTES PARA AUTOMÓVEIS; CACHIDE & ROLDÃO – COMÉRCIO DE

BACALHAU; ARGACOL – TINTAS E VERNIZES.” ----------

---**NUNO SÁ (PS)** – Fez a leitura do voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista que é do seguinte teor:----------

---“A proposta de Orçamento de Estado para 2016 marca a diferença para com os orçamentos austeros a que os portugueses em geral e os famalicenses em particular foram sujeitos nos últimos anos. Depois de 4 anos de más notícias de um Governo PSD/CDS, os famalicenses são finalmente brindados com um orçamento com mais apoio à família e mais justo. Desta vez, as notícias que chegam de Lisboa não são de encerramentos de Centros de Saúde ou desqualificação do Tribunal, mas de recuperação dos rendimentos das famílias, de subida do salário mínimo, da redução da sobretaxa no IRS e das taxas moderadoras no acesso aos serviços de saúde. Trata-se de uma proposta de Orçamento com uma enorme preocupação social, que aumenta o abono de família e do apoio para as famílias monoparentais, que aumenta o valor de referência do Complemento Solidário para Idosos e reforça os níveis de proteção às famílias em situação de pobreza extrema. Recupera a cláusula de salvaguarda no código do IMI (limitando o aumento anual a 75€) revogando a isenção do IMI e IMT para fundos de investimento. No nosso concelho, esta proposta de Orçamento tem implicações diretas de enorme impacto, pois consagra uma norma que autoriza as câmaras municipais a conceder isenções totais ou parciais de IMI e IMT aos novos investimentos empresariais, resolvendo uma indefinição que durava há tempo demais e que afetava diretamente o nosso concelho e os investimentos aqui efetuados. Paulo Cunha, Presidente de Câmara, deu o seu apoio a esta concessão de apoios em matéria de impostos. A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão não pode deixar de se congratular com este orçamento e, com as medidas nele contido, que vem beneficiar diretamente Famalicão e as suas Famílias.” ----------

---**CARLOS CARVALHO (CDS/PP**) - Fez a leitura do voto de protesto apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP que é do seguinte teor: ----------

---“ Portugal é um estado laico, e o CDS não é um partido de natureza confessional, ainda assim, Portugal é um país de matriz judaica cristã, com uma população maioritariamente cristã. ----------

Vila Nova de Famalicão é um concelho que cultiva e pratica tradições desta natureza, em respeito pelas tradições e pelo sentimento maioritariamente das suas gentes. ----------

A laicidade não significa desrespeito pelas tradições milenares e pelas crenças maioritárias de um povo.----------

O recente cartaz publicado pelo Bloco de Esquerda nas redes sociais, a propósito da adoção entre pessoas do mesmo sexo, vilipendia e afronta valores e princípios que o CDS defende, repudiando nesta oportunidade a posição tomada pelo Bloco de Esquerda. ----------

O CDS requer que este voto seja dado conhecimento aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da Republica. ----------

Vila Nova de Famalicão, 26 de fevereiro de 2015” ----------

---**PAULO COSTA (BE)** – Como a Assembleia poderá imaginar é um protesto sobre este voto de protesto. Nem os termos me parecem corretos, neste caso o vilipendiar e afrontar naquilo que pretendia ser, poderemos considerar eventualmente, um infeliz exercício de humor e de chamada de atenção para um ganho da sociedade portuguesa que é a possibilidade de famílias de cariz homossexual poderem criar crianças, sejam elas quais forem, biológicas ou não. Até porque e penso que sobre isso, poderemos acordar de uma forma mais ou menos transversal aquilo que constitui uma família não será certamente os seus laços, ou meros laços biológicos, mas aquilo que com tempo e dedicação e paciência e amor se vai construindo. Eu penso que este voto de protesto é perfeitamente descabido, quer dizer, não faz sentido, nem sequer esta Assembleia Municipal se pronunciar, que individualmente alguns dos senhores Deputados possam ter algum desconforto com o cartaz eu até aceito pacificamente, agora não me parece que este Órgão, que institucionalmente se possa sentir melindrado por um exercício, que convenhamos, quer dizer, eu há pouco a caminho aqui desta Assembleia Municipal ouvi palavras do senhor Patriarca de Lisboa, a reconhecer que realmente Cristo provavelmente teve dois pais, portanto um adotivo e outro evocado. Portanto, não será assim tão descabido o próprio cartaz, até porque o Bloco de Esquerda não descobriu a pólvora, isto é uma velha questão levantada noutros pontos do planeta, etc. Eu penso que e queria vincar esta ideia, o Bloco de Esquerda não pretendeu ofender ninguém, simplesmente pretendeu valorizar este acréscimo da nossa comunidade, da nossa sociedade. E se o CDS/PP pretende também dar visibilidade a esse acréscimo, se encontrou esta forma de o dar, muito bem.----------

---**PAULA DOURADO (PSD) –** Sobre a moção apresentada relativamente ao Dia Internacional da Mulher, gostaríamos de dizer que, efetivamente razões históricas justificam uma atenção especial às mulheres e a promoção de políticas públicas de promoção dos direitos da igualdade e da não discriminação. Não obstante estarmos de acordo com os princípios da aplicação dos direitos da igualdade e da não discriminação, não podemos concordar com os fundamentos que foram aqui invocados que são profundamente ideológicos. Devemos apelar efetivamente à participação da sociedade, não especificamente da mulher, mas dos homens e das mulheres, porque senão então estaríamos a ser profundamente discriminatórios, da participação da sociedade na concretização destes princípios da igualdade de género e da não discriminação e da conciliação da vida profissional e da vida pessoal das mulheres. ----------

---**PAULO COELHO (CDS/PP) –** Eu venho aqui apenas e para começar dirijo-me ao senhor Deputado, Paulo Costa. Importa esclarecer que o voto de protesto que nós submetemos a este plenário, não é sobre a matéria em causa, não é sobre a adoção de crianças por parte de casais homossexuais, é acima de tudo pela utilização de imagens claramente e unanimemente ofensivas para uma larga maioria da população portuguesa. E é aquela coisa que se diz, qualquer publicidade boa ou má é

sempre favorável, neste caso nós achámos que não. Há publicidade que é ofensiva e que era escusada pura e simplesmente. Por isso nós tínhamos mesmo que redigir este voto e submete-lo como o fizemos. ----------

---Em relação ao Dia Internacional da Mulher, bom, o PCP já nos habituou a encapsular considerandos ideológicos e doutrinários em votos laudatórios sobre matérias aparentemente e universalmente reconhecidas como positivas e avanços civilizacionais. Mas há sempre essa tendência do PCP para encapsular doutrina e ideologia extremista, por isso vamos votar contra. ----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** Relativamente ao voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista, no essencial achámos que é de votar a favor. Não concordando aqui com uma ou outra questão que tem a ver as já usadas situações de isenção de IMI para as empresas, por princípio não concordamos com este benefício, porque continuamos a achar que de facto, as empresas têm uma visão concreta da sociedade, de tirar da sociedade que é a visão do lucro, mas no essencial achámos que faz todo o sentido votar a favor. ----------

---Relativamente ao voto de recomendação apresentado pelo Bloco de Esquerda, sobre o problema da VIM, iremos votar favoravelmente. Mas pensámos o seguinte, isto não é novo, já tem anos, o problema da VIM foi colocado aqui no Município de Famalicão há anos atrás e depois era em Guimarães, os senhores Deputados na altura, consensualmente votaram a favor da integração da VIM na Rede de Estradas Nacionais. Na Assembleia da República os partidos, que estão aqui também representados neste Município e Guimarães, esses mesmos partidos votaram ou contra ou abstiveram-se. Portanto, a nosso ver o princípio que está aqui subjacente a este problema é, ou queremos uma VIM integrada na Rede Nacional, ou vamos ter uma VIM aos solavancos, em que, ora uma vez se vai tapar buracos e será esta Câmara. Depois há-de vir a empreitada de Guimarães. Depois há-de vir outra empreitada, creio que de Vizela. E portanto, esta não é a forma de resolver um problema que tem de ser atacado por base, pelo fundo. Mas no entanto, tendo em conta a intenção e que é de alguma urgência de resolver este problema, vamos votar a favor. ----------

---Finalmente, sobre o Dia Internacional da Mulher, dizer, sempre dizer que de facto, é uma data com um contorno muito forte, com um cariz muito forte e ideológico sem dúvida. Os senhores Deputados, sabem minimamente o que é que aconteceu, foi em Nova Iorque, foram 130 mulheres que foram enclausuradas, foi uma matança autêntica que só faz lembrar os tempos da inquisição. Portanto, no fundamental, é relembrar a história do que foi isso e a ideologia que está por detrás disso. ----------

---**JORGE OLIVEIRA (PSD) –** O Orçamento de Estado para 2016 que está em discussão neste momento em sede de especialidade na Assembleia da República, é um mau Orçamento de Estado. É um mau Orçamento de Estado do ponto de vista técnico, é um mau Orçamento de Estado do ponto de vista político, é um mau Orçamento de Estado do ponto de vista social. E nessa circunstância sendo este Orçamento mau e não tendo remendo no nosso ponto de vista, naturalmente que o PSD irá votar

contra o mesmo. E por isso também, votará contra, como não poderá deixar de ser, o voto de congratulação que o Partido Socialista aqui nos apresenta nesse sentido. Eu diria que era um ponto de vista técnico e de uma forma muito resumida, de facto, um Orçamento que acaba de ser apresentado, dois dias depois precisa de 46 páginas de erratas, dois dias depois mais 10 páginas de erratas e ainda hoje entraram mais 5 páginas de erratas, do ponto de vista técnico, de facto, é um Orçamento que não bate certo. E quando dois mais dois dá cinco no mesmo Orçamento, então de facto, do ponto de vista técnico este Orçamento não tem qualquer sustentabilidade. Mas sobretudo é um Orçamento do ponto de vista político mau. Mau, porque não inspira confiança em nenhuma instituição estrangeira, uma única, nem nacional uma única. E por isso também, é que o próprio Governo assume que ele é do ponto de vista político mau, que ainda este Orçamento está a ser discutido e o próprio Governo já está a preparar um Orçamento retificativo para daqui a qualquer coisa como dois meses. Mas é um Orçamento também do ponto de vista social mau e é do ponto de vista social mau, porque não vira a página da austeridade coisíssima nenhuma. Vira a página da austeridade para encontrar uma página da austeridade agravada, agravada na fiscalidade direta e indireta, nas contribuições e impostos em 0,01%. É de facto, um virar de página, mas sim na recuperação da credibilidade do nosso país. Diz o Partido Socialista, que no nosso Concelho esta proposta de Orçamento tem implicações diretas de enorme impacto. Ai tem senhores Deputados! Tem sim senhora, porque eu ainda hoje fui meter gasolina e dei por ela, vou dar por ela e todos vamos dar por ela! É evidente que o Orçamento tem medidas aqui e acolá, que nós não podemos dizer que são más medidas, mas todos os orçamentos tem artigos no seu articulado, medidas com que todos nós nos revemos, mas o que está aqui em causa de facto, é a discussão da globalidade do Orçamento e esse é mau. Já agora, apenas dois pequenos pormenores para uma correção deste Orçamento de Estado, não é este Orçamento de Estado que autoriza as Câmaras Municipais a conceder isenções de IMI e de IMT. Isso está previsto na Lei das Finanças Locais, que o Partido Socialista votou contra, essa sim, é que concedia a isenção ou a possibilidade de uma forma mal redigida diríamos assim, até que suscitou dúvidas à Autoridade Tributária e que bem, o Orçamento de Estado vem agora clarificar, mas a verdade é que não foi este Orçamento de Estado que o fez. Para terminar, apenas lembrar aqui ao que me parece interessante recordar. Cláusula de salvaguarda, o Partido Socialista votou contra quando ela era necessária, agora que não é querem reaver. IMI para os fundos de investimento, eu peço desculpa mas é preciso algum descaramento, a sério, algum descaramento! Em 2008, discussão do Orçamento de Estado para 2009, ficou a constar do mesmo, artigo 102º "isenção de IMI para os fundos de investimento, isenção de IRC para os fundos de investimento e isenção de IMT até 2017 para os fundos de investimento imobiliário. Quando o Governo PSD/CDS-PP em 2012 pôs estes fundos a pagar metade destes impostos, o Partido Socialista votou contra e agora dizer que vem revogar a isenção, eu peço desculpa, mas é preciso que exista aqui algum decoro! ----------

---**PAULO COSTA (BE) –** Para tecer breves considerações sobre as considerações tecidas, os senhores Deputados, principalmente a senhora Deputada do PSD e o senhor Deputado do CDS/PP, tecem uma anátema sobre o que é ideológico, estranho, não fossem também portadores de ideologia, como se não tivessem uma leitura do mundo. Que esta ideologia não vos agrade, ok! Mas a vossa postura também é ideológica, portanto não vamos entrar nesta discussão do que é ideologia, neste caso do meu camarada de esquerda, relativamente à conceção do Dia Internacional da Mulher. Poderá criar algum engulho mas uma coisa é certa, a condição feminina é um valor que só o século XX é que o pronunciou com aquela veemência que nós ainda hoje temos de continuar a pronunciar. Quer queiramos quer não, a condição feminina, assim como a condição infantil, apesar de as crianças já se terem retirado, são valores que a civilização humana só encontrou recentemente e fazer esta marcação comemorativa deste dia, penso que é e aí sim, é um ponto que a Assembleia Municipal poderá valorizar-se, agora sobre o anedótico de um cartaz que circula nas redes sociais, parece-me que não é dignificar esta Assembleia. ----------

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD) –** Relativamente à proposta de recomendação do Bloco de Esquerda, relativamente à VIM, nós sabemos que a VIM foi uma estrutura nacional com vários problemas de execução e que depois de muitos anos, sem ter qualquer tipo de manutenção, foi entregue aos Municípios na sua cota parte. O Município de Guimarães, conforme aqui é dito, optou por um determinado modo de manutenção. O Município de Famalicão, optou por um outro modo de manutenção. Mas tem-no feito, a sinalização vertical está lá toda, a sinalização horizontal está lá toda. O piso tem vindo a ser reparado sempre que necessário, embora não se possa ter feito obras de fundo, mas foram feitas as obras necessárias. Tem que ser feita uma gestão e digo-lhe que, as obras que têm vindo a ser feitas pela Câmara de Guimarães, têm custado muito ao erário público e não tem trazido as benfeitorias que se esperava. Por isso, atendendo a que a Câmara Municipal está atenta e atendendo que tem intervindo, nós iremos votar contra a proposta de recomendação. ----------

---**CARLOS CARVALHO (CDS/PP) –** Para que não restem dúvidas, este é o cartaz polémico, "Jesus também tinha dois Pais", só para que não restem dúvidas. E se foi uma questão de humor, se calhar sugerimos outra carreira para os representantes do Bloco de Esquerda, não estamos nessa fase. Mas ainda assim, relativamente ao Bloco de Esquerda, louvamos a descoberta que fez de "Deus", chega tarde mas fez a descoberta. Recordamos ainda outra coisa, recordamos que "Cristo" teve uma Mãe e um Pai, não teve dois Pais, nem teve duas Mães. Ainda assim, sugerimos, que um dia que queira enfrentar uma Religião siga por exemplo, a linha editorial do Charlie Hebdo. ----------

---**PAULO COSTA (BE) –** Não vamos continuar, isto é uma conversa para café, nem vamos continuar numa discussão teológica acerca da maternidade ou paternidade de "Cristo", nem coisa que o valha. Eu só queria dar novamente este timbre, eu penso que é um voto perfeitamente inócuo e sem sentido e que não nos dignifica. Aqui fica só a minha posição. ----------

---**VITOR PEREIRA (PS) –** Muito rapidamente e a propósito do voto de protesto do CDS/PP. Eu acho que nós estamos a colocar a questão num plano que não é o mais correto. O que está aqui em causa não deverá ser o conteúdo da mensagem política do Bloco de Esquerda, essa é da responsabilidade do Bloco de Esquerda enquanto partido político no exercício de função política fá-lo. Nós podemos concordar, discordar, achámos que não é o ideal, mas isso é perfeitamente indiferente. O que está aqui em causa é um valor fundamental, que é o da liberdade de expressão, a liberdade do exercício da atividade política e não devemos estar aqui, o CDS/PP ou o Bloco de Esquerda, seja ele qual for, a coartar de alguma maneira, a tentar de alguma forma condicionar, promover alguma espécie de autocensura de condicionamento do exercício da liberdade de expressão no exercício legítimo da atividade política. Não me parece que faça qualquer sentido, independentemente do conteúdo, para isso depois os eleitores hão-de perceber se se sentem feridos e se respondem eleitoralmente a essas mensagens e em que sentido é que cai a sensibilidade do eleitorado. Agora nós, democratas, numa atividade política estarmos com este tipo de posição parece-me completamente absurdo, enfim, já nem sei quem foi que disse, mas alguém terá dito e acho muito bem dito, - "posso não concordar com absolutamente nada que o Bloco de Esquerda diz, ou o CDS/PP ou o PSD, mas defendo a liberdade de o dizer"- E essa é que é a questão! ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS CONTRA E QUINZE VOTOS A FAVOR.----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2016 E AS AUTARQUIAS LOCAIS, FOI O MESMO REJEITADO, COM QUARENTA E NOVE VOTOS CONTRA E QUINZE VOTOS A FAVOR. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA RELATIVAMENTE Á VIM, FOI A MESMA REJEITADA, COM CINQUENTA E UM VOTOS CONTRA, TREZE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.----------

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA RELATIVAMENTE ÀS EMPRESAS FAMALICENSES, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.----------

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE AO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2016, FOI O MESMO REJEITADO, QUARENTA E SEIS VOTOS CONTRA, DEZASSETE VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES. ----------

---

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP RELATIVAMENTE Á PUBLICAÇÃO DO CARTAZ DO BLOCO DE ESQUERDA, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM QUARENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, DEZ ABSTENÇÕES E SETE VOTOS CONTRA. ----------

---

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL –** Deu início à ordem de trabalhos.----------

----------**ORDEM DO DIA**----------

---**PRIMEIRO PONTO –** Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma.----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.----------

---**PAULO COSTA (BE) –** Eu gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara. Já passam mais de dois meses, discutimos aqui a questão do que a Câmara Municipal de Famalicão poderia fazer relativamente àquela catástrofe que infelizmente continuamos a assistir dos refugiados. Eu perguntaria agora, decorrido este período, que medidas concretas é que a Câmara Municipal está a desenvolver em articulação com outras Instituições Famalicenses quanto ao acolhimento de refugiados no Concelho. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Vou procurar ajudar a esclarecer o senhor Deputado, Paulo Costa. A situação não se alterou substancialmente, nós evidenciamos uma disponibilidade, fizemo-la no contexto da rede social do Concelho, congregamos nessa disponibilidade as Instituições Sociais do Concelho e portanto, agora estamos à espera de algum desenvolvimento que possa acontecer. Não houve nenhuma recusa, nem nenhuma adesão, houve tão-somente uma disponibilidade, a informação que lhe dei há dois meses mantém-se perfeitamente igual neste momento. ----------

---**HUGO SAMPAIO (PS) –** Em janeiro de 2015, aproveitando uma nova disposição da Lei do Orçamento de Estado, o PS apresentou duas propostas novas. Uma, a redução de 15% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética. A outra, de redução da taxa de IMI em 10%, 15% e 20% para famílias com um, dois e três ou mais filhos respetivamente. Ambas as propostas fora reprovadas pelos votos contra do senhor Presidente de Câmara e de todos os senhores Vereadores da coligação PSD-CDS/PP. Para espanto e perplexidade de todos os famalicenses, em setembro de 2015 enchem-se folhas de jornais onde o senhor Presidente de Câmara anuncia que as famílias com dois,

três e mais filhos vão ter um desconto de 15% e 20% no IMI. Segundo algumas folhas de jornal, o senhor Presidente de Câmara refere que esta medida, vem legitimar uma medida que sempre foi sua intenção. Refere também, que esta medida vem beneficiar 12 mil famílias e representará uma perda na receita de meio milhão de euros. Não obstante às notícias publicadas e apesar das reservas colocadas pelo PS quanto ao número de famílias abrangidas, o PS solicitou à Câmara os dados fornecidos pela Autoridade Tributária. Esta informação oficial e repito, oficial, veio demonstrar que a previsão dos serviços municipais e defendida pelo senhor Presidente de Câmara, segundo a qual beneficiaria cerca de 12 mil famílias e representaria uma redução da receita do Município em cerca de 500 mil euros. Estava errada. ----------

Menos de metade das famílias beneficiariam de tal medida. O que significa que a redução da receita será muito menor que a prevista. Ficou disponível portanto, uma considerável margem orçamental confirmada pela previsão da cobrança do IMI para 2016 que mesmo com a redução aprovada aumenta 5% face a 2015. Dois pontos a reter, existe uma prática instalada neste Executivo em rejeitar todas as propostas vindas do PS, para depois assumir a sua paternidade. Segundo, esta medida *lowcost* do Executivo PSD/CDS visa cerca de 5 200 famílias e o benefício para elas na ordem de 200 mil euros, ao contrário dos valores que foram propagandeado pelo Executivo. Apesar de mais uma vez termos sugerido as respetivas correções, visto haver uma incoerência de valores anunciadas pelo senhor Presidente de Câmara face à realidade. Este Executivo prefere continuar a desprezar o trabalho do Partido Socialista e fazer aquilo que melhor sabe fazer, propagandear, vangloriar-se daquilo que não faz. Anuncia beneficiar 12 000 famílias, que na realidade são 5 000, um valor de meio milhão de euros que na realidade mal chega a 200 mil euros. O Grupo Municipal do PS, questiona o senhor Presidente de Câmara, o porquê de ter anunciado a todos os famalicenses uma medida que sabia de antemão que não seria totalmente verdadeira. O porquê de dizer que queria implementar uma medida que era sua ambição, quando meses antes rejeitou a proposta do PS. O porquê de ter dito que iria beneficiar 12 000 famílias quando sabiam que eram praticamente 5 000. O porquê de ter dito que teriam um esforço financeiro para o Município de cerca de 500 mil euros, quando estamos a falar de 200 mil euros. E mesmo assim, com esta folga, nada fez para retificar este seu emaranhado de contradições que mais uma vez diferencia famalicenses de outros.----------

---DOMINGOS COSTA (CDU) – Gostaríamos de fazer aqui algumas referências à situação atual, aquilo que nos vem ao de cima, designadamente, e volta a aparecer aqui alguns problemas relacionados com o Hospital, notícias que vêm a público e por via de pessoas que se queixam no que diz respeito ao atendimento, ou à falta de atendimento, ou ao adiamento aliás, de consultas médicas. Persiste portanto, a falta de Cardiologistas, como é noticiado nos jornais locais. E persiste também, a falta de Radiologistas, Neurologistas e outros especialistas, inclusive a maquinaria do próprio Hospital continua caduca e que nos parece importante haver aqui a intervenção por parte da Câmara

no sentido de junto do Poder Central, colocar a questão por forma a que haja um investimento sério em sede do nosso Hospital. Isto é problemático, porque de facto, há muita gente que começa a ter imensas queixas da falta de atendimento em devido tempo no próprio Hospital. Mantem-se também outras situações de preocupação como é o caso dos encerramentos, ou das ameaças de encerramento das Extensões de Saúde de Famalicão, nomeadamente, do Louro, Arnoso Santa Maria, Vale S. Cosme que continua com ameaças de encerramento porque a falta de equipas médicas é um problema complicado, tem que ser resolver e que é importante ser resolvido. E portanto, também aqui não só uma chamada de atenção, mas um apelo à Câmara Municipal para um maior envolvimento no que diz respeito a levar ao Poder Central estes problemas.----------

---Também das notícias que vieram a público, soubemos de uma situação que tem a ver com um antigo trabalhador, que não do Município mas que estava por uma empresa privada de segurança. Surgiu na comunicação social uma denúncia, no sentido de que este trabalhador não via reunidas as condições mínimas para exercer o seu trabalho, designadamente, no que diz respeito a ter uma simples mesa ou secretária, ter um local onde pudesse porventura recolher nas situações em que era necessário fazê-lo, ou até porventura, para não estar sistematicamente de pé poder sentar-se uma simples cadeira. Ora, parece-nos que de facto, aqui a Câmara deve acautelar as condições mínimas. E fazendo fé nesta denúncia, as condições mínimas de trabalho para determinado tipo de funções que naturalmente, exigem um pouco mais de conforto do que aquele que existe no concreto. Soubemos também, que este trabalhador terá sido despedido, pelo facto de, elementos da Câmara terem dito à empresa que ele não reunia as condições para exercer a sua função. Daí que, daquilo que uma vez mais veio a público, gostaríamos de ouvir o senhor Presidente da Câmara esclarecer melhor esta situação, porque pelos vistos o senhor Presidente era conhecedor da situação e diz no jornal que não era conhecedor da situação no início por parte do próprio trabalhador, portanto, gostaríamos de saber algo mais sobre esta matéria e porque pensamos que era importante este esclarecimento. O que move a CDU nesta interrogação, é um esclarecimento que a nosso ver, não está ainda feito devidamente e gostaríamos de ter esse feedback por parte do senhor Presidente da Câmara. ----------

---Há aqui umas questões que se relacionam sobre o Mercado Municipal e parece-nos também que chegada mais que hora de resolver uma reestruturação para aquele local, antes que se degrade cada vez mais, é de facto, extremamente importante a resolução deste problema para bem dos próprios utentes do Mercado e para bem naturalmente, dos próprios comerciantes. ----------

--Finalmente, referir que a zona envolvente à feira, uma vez mais repetimos este problema. A zona envolvente à feira semanal carece de intervenção, continua a ser bastante degradada, sobretudo onde fica situada a sede do PCP na rua Meneses, achámos que era importante que a Câmara interviesse, desde logo de uma ponta à outra, o próprio passeio está cada vez mais deteriorado e há ali comerciantes que se queixam. Nós ouvimos queixas sempre que passámos por lá de um ou outro

comerciante, que com muita justiça e com muita preocupação veem aquele problema a degradar-se dia após dia. E portanto, a intervenção da Câmara a exemplo daquilo que fez nos restantes passeios da zona envolvente, pareceu-nos boa ideia que ali assim interviesse de forma a dignificar o próprio local.----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Começo pelas questões colocadas pelo senhor Deputado do Partido Socialista, sobre o IMI que foi objeto de uma redução para os agregados com dois, três e mais filhos. Sobre a questão do senhor Deputado, da não-aceitação de uma proposta, sem querer recapitular o que foi dito em sede de reunião de Câmara e o senhor também não tem obrigação de conhecer o que lá se passou, não faz parte da Vereação, compete-me a mim esclarecê-lo e por isso procurarei fazê-lo de imediato. O que aconteceu com a proposta que os senhores Vereadores do Partido Socialista trouxeram à Câmara Municipal sobre esta matéria e isso porventura estará nas próprias atas, foi que eu disse que não era o tempo oportuno de debater aquela proposta. Nós não recusamos aquela proposta, nós fizemos uma referência ao *timing* dessa proposta. É bom não esquecer senhor Deputado, que esta medida de redução de IMI para famílias tem como objetivo a promoção de natalidade, é uma competência das Câmaras Municipais, que tão só foi concedida no Orçamento de Estado para 2015, é uma matéria que digamos, nova, é uma matéria recente, tanto assim que, algumas Câmaras não todas infelizmente, usaram essa prorrogativa mas só em 2015 altura em que a medida era legalmente possível. Quando a medida foi apresentada pelos senhores Vereadores do Partido Socialista, o que na altura dissemos, foi que entendíamos que não tínhamos ainda informações naquele momento suficientes que nos permitissem avaliar o impacto daquela medida. E portanto, relegamos para mais tarde uma tomada de posição sobre essa matéria, em abono da verdade compete-me esclarecer o senhor Deputado e os eleitos aqui presentes acerca dessa circunstância. Sobre o que aqui demais trouxe, nomeadamente a questão da diferença entre os números que nós apresentamos quanto às famílias e quanto ao montante, e os números que nos foram entregues ao nível da tutela, eu devo antes de mais dizer-lhe que são duas previsões, porque só depois de feita a coleta é que podemos ter uma noção exata acerca de quantas famílias são e acerca de qual é o montante. Eu não quero dizer que a previsão da Câmara é melhor do que outra previsão, mas também não vou dizer o contrário, até por uma razão senhor Deputado, a previsão que eu transmiti foi uma previsão quanto a famílias e quanto a montante, e assentou numa informação técnica dos serviços da Câmara Municipal em quem eu tenho que confiar senhor Deputado. Quem obtém esta informação não é o Presidente da Câmara, nem são os Vereadores, são os serviços da Câmara Municipal senhor Deputado. A mim compete-me acreditar nas informações que os técnicos da Câmara Municipal transmitem e quero que o senhor Deputado saiba, que acredito sinceramente e genuinamente nas informações que os funcionários Câmara Municipal trazem ao seu Presidente. Foi com base nessa credibilidade que apresentei publicamente dois números, um quanto ao número de famílias abrangidas, outro quanto ao montante.

E para terminar, senhor Deputado, como também já teve ocasião de dizer noutras circunstâncias, o que nós queremos evidenciar com esta medida é o que é que ela proporciona, muito mais do que aquilo que ela concretiza e se no próximo ano, ou neste ano, o número de famílias for inferior ao perspetivado, oxalá no ano seguinte sejam mais as famílias que possam ser beneficiadas. Sabe porquê, senhor Deputado, nós quando introduzimos este tipo de medidas não introduzimos num ano, nem num ciclo governativo, nós queremos que elas permaneçam no tempo, queremos e desejamos sinceramente que elas abranjam cada vez mais famílias, era sinal que elas tinham servido estímulo à natalidade como nós pretendemos. O que eu sempre valorizei não foi o quanto, não foi o montante, foi a decisão em si, o sinal e a repercussão que nós queríamos que ela tivesse na comunidade. São esclarecimentos que me competem dar ao senhor Deputado para o informar convenientemente sobre o que sucedeu.----------

---Senhor Deputado, Domingos Sousa, sobre a situação do Hospital, continuamos a acompanhar quer com a Administração, quer com ARS Norte, quer com a Tutela. Temos notado esforços de todas as entidades para procurar fazer face a dificuldades, que é bom notar, continuam a ser superadas pela excelência da resposta funcionários, colaboradores, médicos e todo o pessoal que trabalha no Hospital, a grande qualidade deles tem conseguido superar dificuldades que são consabidas e aceites por todos. ----------

---Sobre a questão das Extensões de Saúde, também temos procurado junto da Tutela obter informações, temos sinal de que poderemos esperar por uma evolução nessa matéria como desejámos.

---Oh! Senhor Deputado, sobre a questão da PRESTIBEL, o senhor não falou na COINDU, pensei que também ia falar na COINDU, já agora. Também o Partido Comunista trouxe um artigo sobre a COINDU, que felizmente era mentira! Nós temos de ter algum cuidado acerca daquilo que pomos cá fora como informação, nós todos, porque as pessoas ouvem-nos felizmente, ainda nos ouvem. Mas é preciso olhar para as fontes, às vezes queixamo-nos da comunicação social que põe cá fora informações que não são factuais, não foram demonstradas e são mentiras que às vezes caminham e fazem inverdade. Mas nós, instituições, desculpe, também nós Partidos, devíamos ter alguma cautela com esta informação. E tal como aconteceu com a COINDU, que felizmente não era verdade, eu devo tranquilizar o senhor Deputado acerca da PRESTIBEL e vou dizer porquê, não o vou desafiar para perguntar aos funcionários, não faço isso. Mas quero que saiba, que a Câmara Municipal, embora não sejam seus funcionários, tem com eles praticamente os mesmos cuidados que tem com os colaboradores da Câmara Municipal e isso é visível no dia-a-dia, nas condições de trabalho inclusive. Não quer dizer que queiramos, ou que possamos interferir em decisões que a empresa, a entidade patronal toma em relação aos seus colaboradores, esta matéria não é nossa. O Presidente de Câmara não interfere na PRESTIBEL, se ela deve ou não deve renovar um contrato a termo com um trabalhador, só faltava mais essa, senhor Deputado, não é matéria da Câmara Municipal. Se eu o

fizesse, o senhor devia queixar-se da Câmara Municipal de ingerência, o senhor devia vir cá e legitimamente queixar-se da Câmara Municipal que estava a ingerir num assunto privado, eu não faço isso. Quanto ao mais, fique descansado, a PRESTIBEL dentro da Câmara Municipal está a cumprir as regras e a Câmara Municipal assegura aos trabalhadores da PRESTIBEL como é bom notar, a todos os trabalhadores que estão numa relação similar a esta em empresas que prestam serviço à Câmara Municipal que estas condições estejam asseguradas. ----------

---Uma última questão que me colocou sobre o Mercado e o complexo da Feira Semanal. Dizer-lhe que nós temos nessa matéria um plano de intenções, que está a ser objeto de uma candidatura a Fundos Comunitários e que esperamos que venha a ser aprovado para que essa intervenção seja executada.

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** Muito obrigado senhor Presidente pelos esclarecimentos, sendo certo que nós diríamos que infelizmente é verdade. Na COINDU, o que nós assistimos, independentemente de se considerar legal e pelo legalismo do contrato de trabalho terminou, o certo é que cerca de 400 trabalhadores foram despedidos da COINDU de Joane, Mogege e Arcos de Valdevez. E isso, é para nós de facto, de condenar, independentemente do contrato ter terminado legalmente. Uma empresa que recebe fundos, recebe apoios até desta Câmara Municipal e desses apoios depois de lucrar como lucrou na sua atividade com os seus trabalhadores, enfim, não renova contratos, o que é isto senão despedir gente. Vendo naturalmente à luz jurídica, é de considerar que o contrato terminou, isso é evidente, terminou, o que está aqui em causa é que foram despedidos, despedidos no sentido real da palavra, no sentido jurídico não foram despedidos. Mas mais, é que esta situação é infelizmente usada e abusada por muitas entidades patronais. Eu não estou a dizer que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem culpas no cartório em relação a isso, mas acho que se deve preocupar com isto também, porque antes de mais, são naturalmente famalicenses, mas mesmo que não sejam, são cidadãos que prestam serviço a uma empresa, que dão lucros a uma empresa, que contribuem para a riqueza nacional, para a riqueza de Famalicão e que depois acabado é o chamado, desculpe a expressão, o preservativo, quer dizer, é usado e depois deitado fora, isto é que para nós é condenável. Não podemos usar os trabalhadores como uma moeda que se utiliza numa determinada altura e depois se deita fora, descarta-se e acabou, isto é usado e abusado pela maior parte das entidades patronais não só neste Concelho. Dizer que isto deve ser condenado e no que diz respeito à COINDU, infelizmente é verdade. ----------

---Quanto à questão que esclareceu, daquilo que sabemos e agora sabemos uma outra versão dita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, daquilo que nós sabemos, é que este trabalhador se queixou dizendo, claramente dito, que foi por via de alguém da Câmara Municipal, que a PRESTIBEL teve a informação de que este trabalhador não servia para prestar o serviço que estava a fazer na Câmara Municipal. Portanto, a PRESTIBEL mais não fez do que o despedir e a forma como o fez, sem qualquer processo disciplinar, sem nada, enfim, os quinze dias de estágio como é uso agora chamar,

estava à experiência e portanto, acabou por o despedir face a esta situação. Algumas coisas claro que não sabemos, mas o que sabemos para nós é essencial, este trabalhador certamente não se queixou sem mais de que não existia, ou não o deixavam colocar lá uma simples mesa, de que não tinha condições para poder apontar as suas coisas devidamente. Estas queixas não vieram a público por mero acaso, um trabalhador não vai inventar uma coisa destas, certamente que não. Portanto, a nosso ver, algo de verdade há nisto. Ouvindo como ouvimos, agora o senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecer alguma coisa, vamos ver o que é que se passou na verdade porque isto também nos preocupa, preocupa-nos um trabalhador, como preocupa muitos, como preocupa seja quem for numa situação de desgraça e que contribui para o Município, penso que de facto, deve ser aclarada a situação e para que não haja aqui dúvidas, nem haja aqui levantamentos de intenções porque não é disso que se trata, trata-se apenas e só de uma situação que a nós parece-nos grave.----------

---**PAULO PINTO (PS) –** Senhor Presidente da Câmara, só uma pequena questão porque eu há bocado estava a olhar para o *site* da Câmara, vi lá uma entrevista ou um artigo em que Vossa Excelência se pronunciou relativamente ao Aeroporto do Porto, e ao fim das rotas pela parte da TAP. Não sei se por meu esquecimento não ter reparado, mas nunca vi Vossa Excelência tomar qualquer decisão sobre esse assunto no anterior processo de privatização do anterior governo. Portanto, gostaria de saber simplesmente, se Vossa Excelência tomou anteriormente alguma posição acerca desse assunto, ou se esta é uma paixão de última hora motivada por questões políticas. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Indo de encontro à questão colocada pelo senhor Deputado, Domingos Costa. Oh! Senhor Deputado, os senhores disseram despedimento coletivo. Eu recordo-lhe que o senhor devia reler o comunicado que foi emitido pelo Partido Comunista, falava em despedimento coletivo na COINDU. Sobre outro aspeto devo dizer o seguinte, o senhor diz que o Presidente de Câmara deve-se preocupar. O Presidente de Câmara preocupa-se como é óbvio, se isso fosse verdade, aliás nós desenvolvemos diligências para verificar se correspondia à realidade, é o que nos competia. Já agora cumpre-me lembrar o seguinte, o Partido Comunista há uns tempos veio a terreiro por causa da FILOBRANCA, recorda-se senhor Deputado? É estranho, é que depois não tenha vindo a terreiro falar da solução para a FILOBRANCA! Senhor Deputado, é estranho que não tenha vindo a terreiro falar da solução para a FILOBRANCA. Sabe que os Autarcas de Famalicão tiveram uma influência decisiva para que o problema da FILOBRANCA fosse resolvido. E vimos o Partido Comunista queixar-se quando o problema se colocou, não vimos o Partido Comunista fazer qualquer referência à solução.----------

---Quanto à questão do senhor Deputado, Paulo Pinto. Senhor Deputado, as declarações que produzi ontem, foi enquanto Presidente do Conselho Regional do Norte, não foi enquanto Presidente de Câmara, senhor Deputado! ----------

---**HUGO SAMPAIO (PS) –** Senhor Presidente, escudar-se nos funcionários acho que não lhe fica

bem, acho que não lhe trás nenhum mérito esconder-se atrás dos funcionários. Depois disse, que era sua intenção que a medida chegasse ao maior número possível de famílias. Porque é que não aceitou a medida do PS? Abrangia famílias com um, dois, três e mais filhos, não o fez. Depois Oh! Senhor Presidente, errarmos em 52% das famílias? Oh! Senhor Presidente, se fosse 10%, 15%, 20%, vá, agora 52%. Senhor Presidente, não anda nisto há dois dias, agora errar em 52%. Mesmo assim, em 1 de setembro de 2015, em entrevista ao nosso jornal O Povo Famalicense, o senhor diz que e sublinha efetivamente, que a Autarquia liderada por si não toma medidas sem a devida ponderação. Em que é que ficamos? É com ponderação ou é com estimativas, porque com ponderação errarmos em 52% é grave. Senhor Presidente, depois diz, estimular a natalidade para quem tem dois, três ou mais filhos. Oh! Senhor Presidente, hoje em dia quem tem três filhos já sente alguma dificuldade, vamos estimular a natalidade para quê? E quem tem um filho, não merece? ----------

---**SEGUNDO PONTO –** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual para o fornecimento de refeições escolares, para o ano letivo 2016/2017, com possibilidade de duas renovações (anos letivos 2017/2018 e 2018/2019), no montante global estimado de 3.724.752,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um período de três anuidades de acordo com o n.º 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e alínea c), no n.º 1, do art.6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e nas condições da respetiva proposta.----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.----------

---***POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES, PARA O ANO LETIVO 2016/2017, COM POSSIBILIDADE DE DUAS RENOVAÇÕES (ANOS LETIVOS 2017/2018 E 2018/2019), NO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 3.724.752,00 €, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, PARA UM PERÍODO DE TRÊS ANUIDADES DE ACORDO COM O N.º 6 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E ALÍNEA C), NO N.º 1, DO ART.6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NAS CONDIÇÕES DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.*** ----------

---**TERCEIRO PONTO –** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual para abertura de procedimento de concurso público publicação internacional – serviço de seguros (vários ramos), para um período contratual máximo de 3 (três) anos, até ao montante global estimado de 1.179.600,00 €, de acordo com o n.º 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e alínea c), no n.º 1, do art.6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e nas condições da respetiva proposta. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.----------

***---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL – SERVIÇO DE SEGUROS (VÁRIOS RAMOS), PARA UM PERÍODO CONTRATUAL MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 1.179.600,00 €, DE ACORDO COM O N.º 6 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E ALÍNEA C), NO N.º 1, DO ART.6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NAS CONDIÇÕES DA RESPETIVA PROPOSTA.FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA.*----------

---**QUARTO PONTO –** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto e respetivo apoio financeiro ao investimento no concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN à sociedade NHCLIMA – VENTILAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO LDA com sede na União de Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, nos termos da proposta. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.----------

---**PAULO PINTO (PS) –** Muito resumidamente para dizer que o Partido Socialista, logicamente vai votar favoravelmente estas três propostas, mas aproveitar já que estou aqui, fazer um apelo aos Deputados da maioria, Antes da Ordem de Trabalhos, votaram contra. Primeiro, isto só é possível porque o Orçamento de Estado para 2016 tira as dúvidas e esclarece uma forma, aliás já todos sabemos aqui que já existiam Autarquias por ai que tinham suspendido este tipo de apoios. Portanto, realmente o Orçamento de Estado para 2016 permite de forma clara, evidente, permite fazer este tipo de apoios importantes para as Autarquias e para os Concelhos, como é o caso de Famalicão. E apelar aos senhores Deputados que votaram há bocado contra, que ponham Famalicão em primeiro lugar e especialmente ao senhor Deputado que votou contra o Orçamento de Estado, que não se esqueça, Famalicão em primeiro, estamos em Famalicão, temos que melhorar pela nossa terra, vamos por as questões partidárias de lado.----------

---**JORGE OLIVEIRA (PSD) –** Naturalmente, perante este desafio não poderia em nome da bancada do PSD e em nome pessoal de responder ao desafio. E respondo da seguinte forma, o senhor Deputado certamente não se deverá preocupar com o voto do PSD, pela simples circunstância de que já conhece o seu conteúdo e tão pouco deve ficar espantado com o mesmo pelas razões pelas quais eu já aqui aduzi. Agora, eu julgo que certamente, o senhor Deputado, poderá é estar preocupado e isso sim, se vai colher o voto favorável nesta matéria em concreto ali dos parceiros do Bloco de Esquerda ou do Partido comunista, é que segundo informações que vão pairando, parece enfim, não estou autorizado a falar em nome do Bloco de Esquerda, nem da CDU, mas pelas informações que

vão circulando parece que há dúvidas que sobre esta matéria os Partidos à Esquerda Radical acompanhem o Partido Socialista nalgumas destas medidas. E por isso, senhor Deputado, escusa de estar preocupado com a minha pessoa e com o meu Partido, porque já sabe que o meu Partido vai votar contra e o senhor tem conhecimento disso pelas razões que eu já aduzi.----------

---PAULO COSTA (BE) – Respondendo desde já ao repto da Direita Radical, o Bloco de Esquerda irá votar contra esta proposta. De qualquer maneira e já foi referido aqui, o caso concreto da COINDU, são situações destas que criam algumas reservas ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda do qual eu sou representante. É legítimo, é louvável que a Autarquia desenvolva todos os esforços para as empresas que sediam e que desenvolvem a sua atividade no Concelho de Famalicão, recebam por parte da Autarquia incentivos, estímulos, já o fizemos noutras ocasiões não é a primeira vez que estas questões se colocam aqui na Assembleia Municipal, só tecemos estas considerações que acabam por no caso concreto da COINDU infelizmente nos dar alguma razão, é que o empresariado, o capital, procura sempre ter o lado mais agradável das coisas, vai beneficiar destes incentivos do erário público, portanto de dinheiro de todos nós, mas mal alguma coisa lhes afete os lucros, as receitas, quem sofre são sempre os trabalhadores. O caso da COINDU, não sendo o despedimento coletivo, é no fundo uma resolução de um contrato legalmente aceitável, mas que resultou no fim provavelmente, eu não tenho o número por certo, perto de quatro centenas de pessoas que ficaram sem trabalho. Estas ressalvas são sempre importantes e são sempre ideologicamente situáveis, mas são sempre importantes de se fazer porque se é legítimo que a Câmara embandeire em arco, também é legítimo que se preocupe com os trabalhadores e que felizmente na situação da FILOBRANCA de alguma forma conseguiu contornar, o próprio Executivo também deveria tornar público uma voz crítica, provavelmente até uma forma de desincentivar as entidades empregadoras que o façam, não sei em que esquema possível, mas uma reversão do apoio caso os contratos de trabalho acabem, eu sei que isto é complicado, são situações juridicamente complicadas até porque o capital se salvaguarda sempre, mas criar mecanismos em que não se beneficie temporariamente, isto é, beneficia-se destes incentivos e esgotados os contratos laborais de curto prazo lá se vão os postos de trabalho ao ar, passo a expressão.----------

---DOMINGOS COSTA (CDU) – Para nós esta situação destes benefícios, a nosso ver, achamos que deveriam ter um critério mais adequado antes de mais nada. Achamos que este critério não está aqui plasmado, é demasiado nalguns casos, aponta-se para isenções enormes face ao investimento e com pouca criação de postos de trabalho. Ao contrário, no caso que há um significativo número de postos de trabalho criados, essa isenção é mais parca, achamos que o critério não está bem estabelecido. Mas essa não é a razão de fundo, a razão de fundo é a que advém do facto destas empresas, na verdade temos reparado que, não têm dado garantias da estabilidade dos postos de trabalho e uma boa parte estamos convencidos que é mesmo assim, uma boa parte da contratualização

desses trabalhadores são mesmo precários, com a exceção enfim, do caso dos mais habilitados, dos técnicos, mas a maior parte destes trabalhadores entram e saem com vínculos precários, ganham aquilo que ganham. E portanto, como é sabido e porque a Câmara não tem controlo, não tem que ter esse controlo sobre isto como é evidente, achamos que também dar este benefício não faz de facto, nenhum sentido, para além do mais, as empresas são criadas com um objetivo claro. As empresas são criadas e convençam-me do contrário, para dar emprego a ninguém, são criadas para obter lucro, ponto final parágrafo, é isto tal e qual. E portanto, desta perspetiva não faz qualquer sentido estar a dar benefícios a alguém que programa e projeta lucro à custa de quem vai a explorar que são os trabalhadores. Portanto, votaremos contra como é evidente, seja no caso desta empresa nova, chame-se ela FILOBRANCA ou outro nome qualquer.----------

---NUNO SÁ (PS) – Efetivamente esta questão colocada aqui pelos nossos camaradas do Bloco de Esquerda e da CDU, estamos em sintonia e não é de estranhar. Estamos em sintonia e bem, estamos eu diria até, totalmente de acordo. Pareceu-me das intervenções quer da CDU, quer do Bloco de Esquerda, que efetivamente a qualidade do emprego e a penalização da excessiva rotação dos contratos de trabalho, é algo que com efeito, deve ser tido em conta na avaliação de candidaturas e à atribuição de fundos públicos. Facto no programa MADE IN FAMALICÃO, existe uma alínea que contempla precisamente como item de avaliação a percentagem do número de postos de trabalho ciados com desempregados jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos detentores de determinada qualificação e até se valoriza e penso que até se exige que haja a contratação junto do Centro de Emprego. Efetivamente a questão aqui colocada pela Esquerda, é importante, porque não é justo e temos assistido a situações no nosso Concelho, que empresas que têm apoios públicos depois ao fim de algum tempo despeçam os trabalhadores regularmente e legalmente, mas usando da precariedade no trabalho e essa é uma bandeira que a Esquerda assume e que vai combater. E essa é uma bandeira aliás, que o Orçamento de Estado aprovado, que não é um Orçamento de Estado para quem está excessivamente preocupado com a gasolina e muito menos se tiver carros de alta cilindrada, mas é um Orçamento de Estado preocupado com as questões sociais, com a questão da qualidade do emprego. É um Orçamento de estado que toma opções e que em opções precisamente como estas, da valorização social dos portugueses, da solidariedade social e das preocupações do emprego, vai tirar a quem mais tem para distribuir a quem menos tem, como temos visto. E não só a possibilidade, porque era polémico e prejudicava as finanças dos Municípios e este Orçamento de Estado deixa bem claro, da isenção e atribuição de IMI, de IMT por parte das finanças municipais prescindirem da receita a favor do investimento, mas esta questão aqui assinalada pelo Partido Socialista devia levar-nos a refletir. Devia levar o Município e a Câmara de Famalicão a refletir nos seus programas de apoio ao investimento, efetivamente enxertar aqui uma bandeira da qualidade do emprego e de penalizar quem recorre de forma excessiva e sem nenhuma justificação à rotação excessiva dos

trabalhadores. Devíamos fazer caminho nesse sentido e é um desafio muito claro que deixamos aqui à Câmara Municipal, que pondere se não deve privilegiar efetivamente, as empresas têm que ser apoiadas se garantirem a qualidade do emprego, a estabilidade e não a precariedade. ----------

---DOMINGOS COSTA (CDU) – É apenas uma pequena referência há minha anterior intervenção e no seguimento da qual pretendia dizer o seguinte, sendo certo que não cabe naturalmente à própria Câmara, porque não é ela que faz os contratos com os trabalhadores, nem tem qualquer vínculo sobre isso, não lhe compete a ela. Mas sempre será bom dizer-se, como disse o senhor Deputado do Partido Socialista, que tem que se estar muito atento a estas situações porque elas expandem-se infelizmente, não só neste Concelho, mas particularmente neste Concelho. E portanto, se as empresas são beneficiadas com este tipo de instrumentos, na verdade, também deviam ter em conta e a própria Câmara, até porque o senhor Presidente faz imensas visitas às próprias empresas, devia ter algum feedback relativamente a algumas situações, aquelas mais escandalosas no que diz respeito à precariedade, enfim, porque nos parece que isto não cria estabilidade nenhuma a quem dá o litro, como se costuma dizer, e não só para as empresas terem sucesso, mas também para garantirem o seu próprio pão diário, para sustentarem as famílias e o seu emprego digno. E portanto, esta estabilidade se não for assegurada, naturalmente, que continuaremos a ter problemas do género daqueles que já se vai anunciando e que contra o que nós estamos do aparecer de lojas e lojinhas, que vão buscar os alimentos àquele estabelecimento comercial para o distribuir depois no dia seguinte, que é indigno. É indigno e isto existe não é por acaso, porque de facto, as famílias passam mal, as famílias não têm emprego, o emprego não é estável e naturalmente, depois vêm-se confrontados com o dia-a-dia que é bastante penoso e nesta medida, pensámos que só através do emprego autêntico e seguro é que é possível atacar de vez com este problema da precariedade, tanto a nível laboral, como naturalmente a precariedade familiar no campo económico, social e financeiro. ----------

---CARLOS CARVALHO (CDS/PP) – Apenas para esclarecer aqui uma questão, relativamente a um Orçamento e a outro**.** Este Orçamento de Estado, não vem dar nada, vem apenas esclarecer e vem esclarecer uma dúvida que foi levantada, não pelo PSD, nem pelo CDS/PP na altura que estava no Governo, mas pela Autoridade Tributária. A Autoridade Tributária tinha uma dúvida e este Orçamento esclarece. Não veio passar a dar nada que o outro não desse, apenas esclarece. Mas relativamente à Esquerda, vocês depois farão a diferença, qual é a extrema e qual não é, a radical ou não, há uma nota a dar que é, quando uma empresa fecha, a Câmara que intervenha porque perdem-se postos de trabalho. Quando a Câmara cativa investimento, a Esquerda, mas especificamente o PCP, não apoia, nem está nada interessado nisso. Depois vem o PCP dizer, que se cria postos de trabalho e que são poucos postos de trabalho. Neste caso, num dos casos estamos a falar de 150 postos de trabalho. E estamos a falar de uma isenção que ao fim dos cinco anos vai rondar os onze mil euros. 150 Postos de trabalho, por baixo, se todos ganharem o salário mínimo, que efetivamente não irá

acontecer, estamos a falar por baixo, de oitenta mil euros por mês de rendimento para o Concelho. Oitenta mil euros que dará certamente, ou melhor, fica dinheiro que entra nas casas de pelo menos 150 pessoas, dará para alimentar essas famílias, dará para alimentar um comércio, dará para alimentar um Concelho. Oitenta mil euros apenas num mês, ao fim de cinco anos e como dizia o outro, era uma questão de fazer as contas! Mas creio que, por onze mil euros, podem vir todos estes investimentos para o Concelho e não temos a mínima dúvida de apoiar estas iniciativas. Além do mais, agradecer e apoiar a Câmara neste ponto, que ao contrário de outras, não cedeu nem teve dúvidas. Sabia que a Lei estava do lado dela, sabia que era uma isenção que poderia dar, porque era sobre o seu rendimento e não sobre rendimentos que não eram seus. Portanto, viu esclarecida a sua posição face à Autoridade Tributária e manterá o seu projeto para cativar empresas e investimentos para Famalicão, que em muito têm contribuído para o crescimento do Concelho e a melhoria das condições de vida dos famalicenses. Resumindo, 80.000,00€ por mês, 1.120.000€ por ano e 5.600.000,00€ em 5 anos (que é o período de isenção). ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO E RESPETIVO APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN À SOCIEDADE NHCLIMA – VENTILAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO LDA COM SEDE NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E OITOS VOTOS A FAVOR, UMA ABSTENÇÃO E UM VOTO CONTRA. ----------

---QUINTO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto e respetivo apoio financeiro ao investimento no concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN à sociedade A F AVEVEDOS FERRAMENTAS, LDA com sede na Freguesia de Ribeirão, nos termos da proposta.

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento.----------

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO E RESPETIVO APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN À SOCIEDADE A F AVEVEDOS FERRAMENTAS, LDA COM SEDE NA FREGUESIA DE RIBEIRÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.----------

---SEXTO PONTO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto e respetivo apoio financeiro ao investimento no concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento

de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN à sociedade ÉRIUS-TÊXTEIS, S.A., com sede nas Freguesias de Creixomil e Mariz, Concelho de Barcelos, nos termos da proposta.----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO E RESPETIVO APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN À SOCIEDADE ÉRIUS-TÊXTEIS, S.A., COM SEDE NAS FREGUESIAS DE CREIXOMIL E MARIZ, CONCELHO DE BARCELOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. ------

---**SÉTIMO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de:----------

- (sete) trabalhadores, na carreira de Técnico Superior, para ocupação de 7 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, aprovado para o ano de 2016, para exercerem as funções descritas relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área de Engenharia Civil (1 lugar), área de Engenharia Eletrotécnica (1 lugar), área de Comunicação Social e Animação Cultural (1 lugar), área de História (1 lugar), área de Geografia (1 lugar) e área de Economia e gestão e Contabilidade (2 lugares);----------

- (cinco) trabalhadores, na carreira de Assistente Técnico, para ocupação de 5 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, aprovado para o ano de 2016, para exercerem as funções descritas relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área da eletrónica e manutenção de equipamentos (1 lugar), e área generalista (4 lugares).----------

- (Oito) trabalhadores, na carreira de Assistente Operacional, para ocupação de 8 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, aprovado para o ano de 2016, para exercerem as funções descritas relacionadas com as atribuições, competências e atividades de serventes de construção civil (2 lugares), pedreiro e calceteiro (2 lugares), serralheiro (1 lugar), carpinteiro (1 lugar), área generalista (2 lugares).----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, DE: ----------

- (SETE) TRABALHADORES, NA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA OCUPAÇÃO DE 7 POSTOS DE TRABALHO, PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL DESTE MUNICÍPIO, APROVADO PARA O ANO DE 2016, PARA EXERCEREM AS

FUNÇÕES DESCRITAS RELACIONADAS COM AS ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES PARA A ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL (1 LUGAR), ÁREA DE ENGENHARIA ELETROTÉCNICA (1 LUGAR), ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E ANIMAÇÃO CULTURAL (1 LUGAR), ÁREA DE HISTÓRIA (1 LUGAR), ÁREA DE GEOGRAFIA (1 LUGAR) E ÁREA DE ECONOMIA E GESTÃO E CONTABILIDADE (2 LUGARES);----------

- (CINCO) TRABALHADORES, NA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO, PARA OCUPAÇÃO DE 5 POSTOS DE TRABALHO, PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL DESTE MUNICÍPIO, APROVADO PARA O ANO DE 2016, PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DESCRITAS RELACIONADAS COM AS ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES PARA A ÁREA DA ELETRÓNICA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS (1 LUGAR), E ÁREA GENERALISTA (4 LUGARES). ----------

- (OITO) TRABALHADORES, NA CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, PARA OCUPAÇÃO DE 8 POSTOS DE TRABALHO, PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL DESTE MUNICÍPIO, APROVADO PARA O ANO DE 2016, PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DESCRITAS RELACIONADAS COM AS ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES DE SERVENTES DE CONSTRUÇÃO CIVIL (2 LUGARES), PEDREIRO E CALCETEIRO (2 LUGARES), SERRALHEIRO (1 LUGAR), CARPINTEIRO (1 LUGAR), ÁREA GENERALISTA (2 LUGARES). FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. ----------

---OITAVO PONTO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de :----------

- 3 (três) trabalhadores, na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercerem as funções descritas no mapa de pessoal, aprovado para o ano de 2016, relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área de atividade de psicologia, com recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum aberto pelo aviso nº 5763/2014, publicado em Diário da República, 2ª série, nº87, de 7 de maio de 2014, respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final homologada em 3 de setembro de 2015.----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, DE: ----------

- 3 (TRÊS) TRABALHADORES, NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DESCRITAS NO MAPA DE PESSOAL, APROVADO PARA O ANO DE 2016, RELACIONADAS COM AS ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E

ATIVIDADES PARA A ÁREA DE ATIVIDADE DE PSICOLOGIA, COM RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA RESULTANTE DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM ABERTO PELO AVISO Nº 5763/2014, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº87, DE 7 DE MAIO DE 2014, RESPEITANDO A ORDENAÇÃO CONSTANTE DA LISTA UNITÁRIA DE ORDENAÇÃO FINAL HOMOLOGADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2015. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. ----------

---**NONO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento do Prémio de História Alberto Sampaio, nos termos da respetiva proposta. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.----------

---***POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO PRÉMIO DE HISTÓRIA ALBERTO SAMPAIO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.*** ----------

---**DÉCIMO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização da geminação com o Município de Arteixo (Espanha), nos termos da respetiva proposta.----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento.----------

---***POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE ARTEIXO (ESPANHA), NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.*** ----------

Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: ----------

----------**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**----------

---Para este período não houve inscrições por parte do público, e nada mais havendo a tratar passou-se à chamada final, sendo dada a reunião como encerrada às vinte e três horas e quarenta minutos. -

----------**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**----------

_____-

----------**O SECRETÁRIO**----------

_____

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: ----------

--- Registo de Presenças. ----------

---Moções apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU.----------

---Proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. ----------

---Voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. ----------

---Voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.----------

---Voto de protesto apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP. ----------

---Documentos referentes aos pontos 1, 2,3,4,5,6,7,8,9 e 10----------

---Minutas de ata dos pontos 2,3,4,5,6,7,8,9 e 10----------